INTERVENÇÃO DO DEPUTADO ANÍBAL PIRES SOBRE OS ROTEIROS CULTURAIS

Exmo. Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

O Projecto que apreciamos valoriza, e cito: "a importância de um compromisso das comunidades locais no processo de conservação e valorização do seu património natural e cultural". Citei.

Não podíamos estar mais de acordo com esta filosofia. Entendemos o património cultural sobretudo como componente fundamental da identidade de um povo, que deve ser democraticamente fruída e enriquecida pelo envolvimento e participação dos actores locais.

O problema é que o PS, depois desta brilhante e acertada declaração inicial, esqueceu, no resto da iniciativa, completamente as comunidades locais. E a verdade é que estas não são tidas nem achadas, em nenhum aspecto, nestes roteiros culturais propostos. Nem na definição, nem na elaboração, nem na dinamização e animação dos percursos. Para nada disto as comunidades e associações locais são chamadas a dar contributos.

Ao contrário, o Projecto embrenha-se na criação de produtos turísticos, coisa que dificilmente lhe compete, e depois afunda-se na imposição, de cima para baixo, de uma determinada e estreita concepção de cultura, numa atitude paternalista de "tomem lá cultura!" que já devia ser desusada, chegando mesmo a propor, avulsamente e sem critério, roteiros e homenagens que, sendo justos, ficam desta forma completamente descontextualizados.

Ao agir desta forma, o PS dá-nos o modelo, quase um "case-study", diria eu, de como não se deve conceber um programa cultural.

Exmo. Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Poderíamos também criticar o afunilamento do âmbito destes percursos às "figuras de relevo na área artística", mas pensamos que o parecer do Núcleo Cultural da Horta foi, sobre este aspecto, sobejamente eloquente, pelo que pouparemos palavras.

Ao contrário, não podemos deixar passar em claro, a tentativa de subversão do espírito do projecto, para o utilizar como arma na guerrilha política que se mantém entre o Governo e a Câmara Municipal de Ponta Delgada.

É que o último ponto da deliberação faz, afinal, cair a máscara sobre os verdadeiros objectivos políticos desta proposta. Não se trata, afinal, de contribuir para a livre criação, fruição e animação cultural de todos os açorianos. Não! O objectivo é, no fim de contas que o Governo continue a intervir no território e no que são as competências das autarquias locais, com claros objectivos eleitoralistas, numa despudorada ânsia de poder absoluto.

O Grupo Parlamentar do PS não gosta do estado em que está o Largo da Esperança? Muito bem. Eu também não e creio que nenhum dos senhores deputados está contente com o estado desse lugar histórico da cidade de ponta Delgada. E essa é, de facto, uma responsabilidade da Presidente da Câmara. Sem dúvidas. E no espaço e sítio próprios o PCP nunca deixou de a criticar.

Mas agora, o que não faremos é permitir que se utilizem as competências desta Assembleia para tentar usurpar uma competência que é municipal. A separação destes níveis de poder e a sua interdependência são uma parte fundamental da arquitectura democrática do sistema autonómico. Isso sim, defenderemos. E é esse o sentido do nosso voto!

Disse.

O Deputado Regional do PCP

Aníbal Pires